

Simpósio reúne povos do alto rio Negro

O encontro busca soluções para os índios, para quem as formas de sobrevivência começam a se esgotar, sobretudo pela presença do branco

Severino Neto

Educação indígena, a questão da terra, cultura e a história de 170 mil índios do Alto rio Negro, estarão em discussão no primeiro simpósio dos povos da região. O evento acontece de 27 a 30 de agosto no Parque do Mindu, uma realização conjunta da Universidade do Amazonas (UA) e Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn).

Nos quatro dias do evento, 250 lideranças indígenas e representantes de órgãos governamentais e de Organizações Não Governamentais (ONGs), debaterão e apontarão os rumos para os 160 povos que vivem na região, onde em determinadas áreas, as formas naturais de sobrevivência dos índios está se esgotando.

De acordo com o índio tuyuca, Alexandre Azevedo Rezende, presidente do Conselho Regional das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié (afluente do rio Negro, no município de São Gabriel da Cachoeira), as 16 comunidades que habitam a região, passam por dificuldades porque praticamente a caça e a pesca terminaram. Como alternativa para sobrevivência, estão iniciando a criação de peixes em viveiros. Até o momento, existem quatro barragens de viveiros, onde estão sendo criados 5 mil alevinos de tambaqui, mas o projeto comunitário prevê a construção de mais 12 lagos.

"Há 22 anos havia muita caça e peixes nos rios, mas a partir do início da década de 80 eles foram acabando. Nossos produtos, os regatões (comércio itinerante, que o proprietário leva o produto em barco, através dos rios), só querem pagar preço muito baixo. No entanto na venda das suas mercadorias eles cobram preços exorbitantes, o que aumenta ainda mais as nossas dificuldades", afirma o índio.

A região do Alto rio Negro é habitada por 160 povos dentre os quais os Tucanos, Barés, Baniwas, Tarianos, Dessanas, Tuyukas e Ianomamis.



Índios baniwas e tuyucas, da região de São Gabriel da Cachoeira, mostrarão sua cultura no simpósio

Professor contesta enfoque dado ao evento

O I Simpósio dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro demonstra inicialmente contradição, e seus resultados podem ser prejudiciais para a reflexão acadêmica, porque dará muita ênfase à política do governo Federal, no que diz respeito à questão indígena. A afirmação é do professor do Departamento de Ciências Sociais da UA, Lino João de Oliveira Neves. Ele acrescenta que "com o enfoque que a Universidade pretende dar, o evento acabará legitimando a política indígena atual, que é contestada nacionalmente por todos os povos nativos e por entidades ligadas à causa".

Para Neves, a coordenação

do simpósio cometeu uma grande falha na sua condução, por não ter discutido com a comunidade universitária a linha a ser seguida, permitindo que o evento venha a fazer apenas uma leitura parcial das questões indígenas.

De acordo com o professor, "em um momento como esse, as entidades não deveriam discutir os problemas do índio de forma parcial dando apenas um enfoque técnico, mas também dentro de um processo amplo da política indigenista. Porque com essa condução, corre-se o risco de ser instaurado na UA, uma linha de reflexão acadêmica in-

digenista, que não está suficientemente embasada em uma análise sociológica e antropológica, que são os instrumentos apropriados para a questão", alerta o professor.

Segundo Neves, os debates que acontecerão no simpósio, não poderiam deixar de discutir sob o ângulo técnico/político, o Decreto 1.775, relativo à demarcação das terras indígenas "que é extremamente prejudicial a todos os povos nativos não só da Amazônia brasileira, mas também de todo o país. Porque vários territórios indígenas estão sendo invadidos, devido as brechas criadas pelo decreto", conclui Neves.

Ronaldo Assis — 23/ago/96



Gêrsem Luciano: livros não mostram a realidade dos povos indígenas

Escola não atende necessidades

Existente uma resistência dos órgãos oficiais de educação, para reconhecer o novo tipo de escola que contemple as necessidades dos povos indígenas do Alto Rio Negro. O material utilizado pelos nativos é impróprio para sua educação, porque apresenta a realidade histórica geográfica e valores, apenas da sociedade "branca", quando deveria ser multicultural. A declaração é do índio Baniwa, Gêrsem Luciano dos Santos, coordenador da Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira).

Ele fará no dia 28 uma exposição sobre educação indígena, quando pretende demonstrar aos participantes do simpósio, os erros que os órgãos oficiais de educação vêm cometendo, com rela-

ção à educação dos nativos da Amazônia.

Para Gêrsem, os índios se submetem a uma educação etnocêntrica, que é contrária à Constituição Federal em seu Art. 210, parágrafo 2, que afirma "o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem".

"Portanto desejamos para o nosso povo uma educação específica, com aulas bilingüe e livros que demonstrem a nossa realidade, isso está muito claro para todas as nações indígenas. Entretanto existe uma forte resistência e até oposição dos órgãos oficiais de educação" afirma o coordenador.

Coordenação vê diversidade de temas

A professora Conceição Fraga, diretora do Departamento de Interiorização da UA e coordenadora do I Simpósio dos Povos Indígenas do Rio Negro, contesta a posição do professor Lino João de Oliveira Neves, sobre a falta de debates no meio acadêmico, o que prejudicaria os resultados do evento.

Segundo Fraga, a afirmação do professor não procede, porque o projeto do simpósio passou na Câmara de Extensão da UA, onde existe representação de todos os Departamentos, inclusive representantes do curso de Ciências Sociais. Além desse fator, foram convidadas várias organizações indígenas, que colocarão suas posições a respeito dos vários temas. "E não é a UA, quem vai interferir, no pensamento dos representantes dessas entidades".

"O professor está concebendo um resultado que ainda não acon-

teceu. O fato da UA convidar entidades governamentais, não reduz a importância do evento, isso faz parte do debate. E sim, uma oportunidade que a Universidade ofereceu às entidades indígenas, na condição de interlocutora, uma integração que pode ser usado para que os órgãos governamentais se comprometam com as bandeiras da causa indígena".

Quanto ao decreto 1.775, que trata sobre a questão das terras indígenas, "a Universidade participou há uma semana, de um debate promovido pela Coiab, e quando acontecer o debate sobre o tema, a Legislação será discutida naturalmente. O nosso projeto do simpósio é muito mais amplo, porque não será discutido apenas a questão da terra, mas a cultura, educação, história, ocupação de espaço, preservação dos povos indígenas da Amazônia e alternativas econômicas para a região", afirma a professora.